



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias do que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano 360\$	Semestre . . . . . 200\$
A 1.ª série . . . . 140\$	" . . . . . 80\$
A 2.ª série . . . . 120\$	" . . . . . 70\$
A 3.ª série . . . . 120\$	" . . . . . 70\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4500 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37:701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho:

**Declaração** — Rectifica a forma como foi publicada a declaração inserta no *Diário do Governo* n.º 32, de 14 do corrente, que estabelece novas zonas de protecção e de limitação de cultura de arroz.

#### Ministério da Justiça:

**Portaria n.º 13:077** — Determina que sejam entre si anexados os serviços das Conservatórias do Registo Civil e do Registo Predial no concelho de Sátão.

#### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

**Despacho ministerial** — Cria uma legação de 2.ª classe e respectiva secção consular em Montevideu e extingue o consulado de 4.ª classe existente na referida capital — Anula o despacho inserto no *Diário do Governo* n.º 12, de 17 do mês findo.

#### Ministério das Colónias:

**Aviso** — Torna público ter sido fixada a equivalência do franco-ouro para a percepção de taxas telegráficas na colónia de Moçambique.

#### Ministério da Economia:

**Decreto n.º 37:761** — Inclui uma nova rubrica relativa a ácido túngstico na tabela I anexa ao Regulamento das Indústrias Insalubres, Incômodas, Perigosas ou Tóxicas, aprovado pelo Decreto n.º 8:364.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

#### Secretaria

Segundo comunicação da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, a declaração que estabeleceu novas zonas de protecção e de limitação de cultura do arroz, publicada por aquela Direcção-Geral no *Diário do Governo* n.º 32, 1.ª série, de 14 do corrente, e cujo original se encontra

arquivado nesta Secretaria, saiu com as inexactidões seguintes, que devem ser rectificadas pela forma indicada:

Na relação das zonas de protecção a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 36:746 deve ser eliminado o concelho de Alandroal, do distrito de Évora.

Na relação das zonas de limitação de cultura a que se refere o artigo 17.º do citado decreto-lei deve ser incluído o concelho de Alandroal, do distrito de Évora.

Secretaria da Presidência do Conselho, 18 de Fevereiro de 1950. — O Chefe da Secretaria. *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

#### Portaria n.º 13:077

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério da Justiça, que, nos termos do § 1.º do artigo 15.º da Organização dos Serviços de Registo e do Notariado, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 37:666, de 19 de Dezembro de 1949, sejam entre si anexados os serviços das Conservatórias do Registo Civil e do Registo Predial no concelho de Sátão.

Ministério da Justiça, 23 de Fevereiro de 1950. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

#### Despacho

Nos termos do § único do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 32:431, de 24 de Novembro de 1942, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 35:985, de 23 de Novembro de 1946, é criada uma legação de 2.ª classe em Montevideu e a respectiva secção consular, sendo extinto o consulado de 4.ª classe existente naquela capital. A jurisdição desta secção consular estende-se a todos os postos consulares do Uruguai.

Fica desta forma anulado o despacho publicado no *Diário do Governo* n.º 12, 1.ª série, de 17 de Janeiro de 1950.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de Janeiro de 1950. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Caeiro da Matta*.